

# A FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE UMA FRAÇÃO AGRÁRIA DA CLASSE DOMINANTE NA REGIÃO OESTE

*THE FORMATION AND THE ORGANIZATION OF A AGRARIAN FRACTION CLASS IN WEST OF PARANÁ*

Irene Spies Adamy<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo aborda a formação e a organização política de uma fração agrária da classe dominante no município de Cascavel, Oeste do Paraná e o processo conflituoso de ocupação e legitimação da propriedade privada da terra, em especial, o latifúndio. Neste contexto, a Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO), apresenta-se como a entidade representativa dos agropecuaristas e que está estruturada numa rede de relações de poderes econômicos, políticos e ideológicos, através da qual busca manter sua condição hegemônica, construindo memórias, ocupando cargos chave no Estado restrito, se posicionado em defesa da propriedade privada e do agronegócio e travando embates contra seus “inimigos” na esfera da sociedade civil bem como no campo das lutas sociais relacionadas ao uso e domínio da terra, em especial o MST.

**Palavras-chave:** Cascavel; Sociedade Rural do Oeste do Paraná; Questão Agrária; Hegemonia; MST.

Este artigo tem o propósito de analisar o processo de formação da fração agrária da classe dominante na região Oeste do Paraná e a sua organização política em uma das suas entidades de classe, a Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO), a qual representa, mais especificamente, o setor agropecuarista.

A formação e a organização política de uma fração agrária da classe dominante na região Oeste estão intimamente ligadas ao processo de colonização, desenvolvido durante as décadas de 1930 e 1940, à constituição de um modo de ocupação e uso da terra a partir do processo de modernização da agricultura durante as décadas de 1970 e 1980 e ao seu atrelamento ao modelo agrícola denominado de agronegócio. A ocupação

**Abstract:** This article is about the creation and the organization of a fraction agrarian class in Cascavel, west of Paraná, and the conflictive process of occupation and legitimacy of the private property of great amounts of land in the region. In this context, the West of Paraná Rural Society (SRO), appears as representative of the land owners and it has a net of economic, politic and ideological relations which maintains its hegemonic condition. This body of people builds memories and occupies political positions to stand up for the private property and the agribusiness. They fight their 'enemies' in civil society and also fight against the use and possession of the land adopted by the MST, the body of people that stands up for the agrarian reformation.

**Keywords:** Cascavel; West of Paraná Rural Society; Agrarian issue; Hegemony; MST.

da terra na região se efetivou de modo diverso, mas teve sempre como elemento articulador, a valorização da propriedade da terra.

Para compreender como se desenvolveu este processo é fundamental conhecer as bases materiais sob as quais esta fração de classe se constituiu e se consolidou e os embates por ela travados a fim de manter sua condição hegemônica. Esta abordagem é possível e o caminho da pesquisa pode iniciar a partir da identificação de suas entidades de classe, de seus instrumentos e ações de luta e pela análise dos discursos proferidos por seus representantes, voltados para promover o consenso em torno do seu projeto social, econômico, político e cultural (visão de mundo).

<sup>1</sup> Professora da Rede Pública Estadual do Paraná (SEED/PR). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: ireneadamy@hotmail.com

A identificação dos intelectuais orgânicos desta fração de classe e seus aparelhos privados de hegemonia são fundamentais para compreender como eles têm buscado a legitimação de sua condição, ocupando cargos-chaves nos espaços institucionais de poder e como tem se posicionado frente à propriedade privada, ao agronegócio, ao Estado restrito e aos embates que travaram contra seus “inimigos” na esfera da sociedade civil e no campo das lutas sociais relacionadas ao domínio da terra. Como situou Regina Bruno: “Se não procurarmos conhecer quais as estratégias do patronato rural, dificilmente conseguiremos visualizar a ordem do poder e da dominação na sua totalidade”.<sup>2</sup>

Os diferentes segmentos do patronato rural brasileiro têm buscado construir sua organização e representação institucional através de entidades de classe, em nível regional e nacional. As entidades que tem conquistado importantes espaços de atuação são a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), além da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira, além da União Democrática Ruralista, que em momentos de grande embate social e político, tem se apresentado como a força em torno da qual gravitam todas as demais entidades patronais.<sup>3</sup>

A questão da terra no Oeste do Paraná está presente em diversos estudos acadêmicos que se preocuparam, preferencialmente, em compreender a luta dos trabalhadores sem terra pela reforma agrária e por um modelo de produção alternativo ao agronegócio, analisando as ações coordenadas pelo MST e a dinâmica interna do Movimento.

Por outro lado, o estudo da classe dominante regional e sua organização na sociedade civil, a fim de inserir suas demandas e seus representantes na sociedade política, tem sido praticamente silenciado pela historiografia do

Oeste do Paraná. Nem sequer se considera a existência da mesma ou quando se trata de temas próximos, seus representantes são considerados como empreendedores e “grandes homens” da história local.

Neste texto enfocaremos estes sujeitos históricos, ou seja, os latifundiários e sua organização política, condição essencial para compreender as ações que visam impedir alterações significativas na estrutura fundiária e no modelo de produção vigente.

A bibliografia que aborda as particularidades do processo de formação e consolidação das classes dominantes na região Oeste do Paraná e mais especificamente em Cascavel ainda é escassa e o acesso às fontes primárias é limitado. As abordagens acerca das relações de poderes no âmbito local, sob a perspectiva da luta de classes praticamente inexistem. As narrativas têm se preocupado apenas em descrever as disputas eleitorais, as ações do poder executivo ou legislativo, e “os legados” deixados pelas administrações públicas municipais.

As pesquisas históricas que remetem ao processo de privatização da terra no Oeste do Paraná têm destacado os modelos de povoamento e de propriedade propostos pelas diversas empresas de colonização em suas áreas de atuação, por vezes, de modo autônomo, outras sob a tutela ou gerenciamento do Estado e as atividades produtivas em diferentes momentos e/ou ciclos econômicos. Estes estudos têm apresentado as diversidades e especificidades presentes neste processo. Porém, evidenciam a ausência de abordagens históricas sobre o processo específico de privatização da terra no território do atual município de Cascavel.

Alceu Sperança tem sido apontado como o historiador oficial de Cascavel. Em suas obras “Pequena História de Cascavel”, publicada em 1980 e “Cascavel: a história”, publicada em 1992, resultante de um projeto cultural da Prefeitura de Cascavel, durante o governo de Salazar Barreiros,

<sup>2</sup>BRUNO, Angela Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra**: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

<sup>3</sup>Sonia Regina Mendonça tem pesquisado com afinco as organizações patronais da agricultura no país, com destaque para a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e seus projetos relacionados às políticas agrícolas (produção, financiamento e ensino agrícola) e à questão agrária, incluindo a formação e a atuação da União Democrática Ruralista (UDR), além de historicizar as disputas intra-classes que estas entidades representavam. Para uma leitura da produção da autora confira as obras **O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)**, publicado pela Hucitec (1995); **A Questão Agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento – 1964-1990**, publicado pela Expressão Popular (2006); **Estado e Educação Rural o Brasil: alguns escritos**, publicado pela editora Vício de Leitura/FAPERJ (2007) e o ensaio “Estado e Sociedade” (In: MATTOS, 1998, p. 13-32).

além de entrevistas e artigos publicados em revistas, o autor desenvolveu a sua análise a partir de ciclos pelos quais teria passado a economia do município, destacando que do esgotamento de uma atividade econômica surge outra em substituição. Inicialmente o ciclo da erva-mate, depois a consolidação da ocupação da terra com o ciclo da madeira e, em seguida, a agricultura, a pecuária e a agroindústria, fundamentando sua narrativa numa visão de progresso e evolução constante, contrapondo o antigo ao novo, o passado ao presente, o atrasado ao moderno.

Sobre a colonização e a posse da terra, Alceu Sperança destacou que este foi um processo marcado por conflitos e disputas entre posseiros e grileiros profissionais, a serviço de falsas colonizadoras. Para o autor, estes conflitos tinham sua origem na ausência do Estado ou na sua ineficiência, o que permitiu a grilagem, o favorecimento político e a corrupção, gerando disputas jurídicas entre dois ou mais compradores. A ação de aventureiros confundia-se, segundo Sperança, com as verdadeiras colonizadoras que enfrentavam dificuldades para gerir seus negócios em meio às irregularidades da concorrência.

As questões de disputa de terras, apenas teriam sido amenizadas quando o Governo do Estado passou a “apaciar os conflitos entre os jagunços e posseiros” e a partir da designação do Coronel João Rodrigues da Silva Lapa, que, em dois meses, teria feito inúmeras detenções.

Sperança não entende os conflitos como inerentes às contradições e disputas sociais e sim como desequilíbrio ou como expressão de que o Estado não estaria cumprindo com o seu papel de administrador e regulador das relações entre os indivíduos com interesses divergentes ou concorrentes. Há, portanto, na visão de Sperança, uma Cascavel sem Lei, o “velho Oeste”, onde a violência imperava, onde o Estado não cumpria a sua função de mediador dos conflitos sociais. Mas há também a Cascavel dos conflitos resolvidos, a partir da ação efetiva do Estado e do cumprimento da Lei que, além de reprimir jagunços, posseiros e grileiros garantiu a posse e legalizou juridicamente a propriedade a quem lhe seria de direito. É a concepção do Estado como sujeito que paira acima das contradições sociais e que por isso, pode, com isenção, fazer a justiça e aplicar a Lei.

Ao contrário, o que se percebe é que o Estado se configura, já naquele momento, como um

Estado com formato de classe, incrustado pelo domínio de madeireiros e especuladores de terra, e que a partir de seu aparato ou de seus órgãos reguladores e repressores garantiu a legalização da terra para uns e não para todos.

A escrita da história de Sperança localiza num passado distanciado as questões relacionadas às disputas de terra, destacando que estas irregularidades foram solucionadas a partir de um esquema especial organizado pelo Governador Ney Braga que consistia em titular definitivamente propriedades em disputa e combater posseiros e jagunços através da ação policial, dando início, assim, a titulação e legalização da terra, o que o autor chamou de pacificação da região.

As obras de Alceu Sperança foram produzidas a partir da década de 1980, quando a quase totalidade das áreas antes em disputa, já haviam sido legalizadas ou tituladas, estando, portanto, consolidada a propriedade, cabendo, naquela concepção, ao Estado, ratificar e preservar o direito adquirido.

Porém, as contradições sociais não são resolvidas exclusivamente no âmbito do Estado, em suas instituições e poderes (executivo, legislativo e judiciário), e sim nos embates vivenciados na base concreta da sociedade civil.

Se a história mais recente da região Oeste do Paraná foi marcada pelas disputas relacionadas à ocupação, à posse e à propriedade da terra, estes têm sua origem já no início dessa ocupação/colonização, dirigida e/ou fomentada, onde o Estado e a iniciativa privada fundiam e mesclavam seus interesses e seus objetivos.

Ao Estado coube o papel de viabilizar e legitimar formas de ocupação da terra em conjunto com a iniciativa privada, para promover a nacionalização efetiva deste território. Mas, foram os proprietários de grandes extensões de terra ou os representantes das empresas colonizadoras, que ocupando o Estado usando esse espaço ampliado de poder efetivaram o seu projeto de colonização, justificado pelo discurso da integração e nacionalização da região.

Assim, nas áreas que formaram o município de Cascavel, a (re)ocupação da terra foi realizada a partir da imposição dos interesses de grupos, que tinham no Estado seu representante legal e legitimador, a exemplo do que ocorreu durante os governos de Moysés Lupion (1947-1951; 1956-1961) quando foram seguidos critérios que

priorizavam e privilegiavam o favorecimento político e a força econômica de quem reivindicava a titulação. Essa condição tem possibilitado, ainda hoje, o questionamento da legalidade dos títulos de algumas propriedades, legitimando as ocupações efetivadas pelos trabalhadores rurais sem terra na região, e viabilizando experiências de resistência, luta e conquista da terra.

O povoamento efetivo de Cascavel e que marcou sua formação atual, teve início através da “ocupação espontânea”, ocorrida durante a década de 1930, quando chegaram à região alguns colonos descendentes de poloneses oriundos de Santa Catarina, bem como de “caboclos” oriundos de Guarapuava. Instalando-se em pequenas chácaras, abriram posse e derrubaram a mata, faziam suas roças e fundaram vilarejos como as Colônias Esperança e São João. À época, as terras devolutas facilitavam este processo de ocupação.

A formação de grandes propriedades rurais em Cascavel teve início com o processo de colonização e com a instalação de empresas de exploração de madeira a partir de 1940, atraídas pela abundância de araucárias. Seus proprietários vinham para o Oeste a fim de expandir os negócios que as famílias desenvolviam em Santa Catarina ou no Rio Grande do Sul ou mesmo em Curitiba. Na década de 1950 foram colocadas em atividade, diversas serrarias. Estas extraíam a madeira de propriedades adquiridas pelas colonizadoras, do Governo do Estado, e também de terras ocupadas por particulares que desejavam vê-las “limpas” a fim de poder cultivá-las com a produção agrícola.

Ainda a partir da década de 1950, a ocupação do território do então município de Cascavel<sup>4</sup> era facilitada pelo fato de as terras serem devolutas e o Estado reconhecer o direito de propriedade, mediante a comprovação de posse feita pelo interessado junto aos órgãos do Estado. Esta situação por vezes gerava conflito entre posseiros e os que apresentavam a titulação de

propriedade da terra. Esse impasse nem sempre se resolvia no âmbito da legalidade.

A colonização das terras que compreendem a região Oeste do Paraná foi efetivada, basicamente, por empresas privadas. Porém, o Governo do Estado do Paraná teve participação direta no processo, atuando principalmente na concessão de terras e títulos a estas empresas, aos novos posseiros, ou aos posseiros que ali já se encontravam desde as primeiras décadas do século XX. Este foi um processo conflituoso, marcado pelo favorecimento político e por disputas em torno do direito de posse e de propriedade da terra, a exemplo dos processos judiciais entre a União, o Estado e a empresa Braviaco.<sup>5</sup>

O governador Moysés Lupion, no seu primeiro mandato, entre os anos de 1947 e 1951, conforme dados do Instituto de Terras Cartografia e Geociências do Paraná, (ITCG) emitiu 9.564 títulos de propriedade no Estado. Em seu segundo mandato, de 1956 a 1961 o número foi ainda maior, com um total de 26.084 titulações. Este processo teve continuidade nos governos de Ney Braga que entre 1961 e 1965 titulou 8.880 propriedades. Entre 1979 e 1982, quando do seu segundo mandato como governador, foram expedidos 3.366 títulos.<sup>6</sup>

Dentre os primeiros grandes proprietários rurais está a família Formighieri (os irmãos Euclides, Orestes e Francisco) que chegou à região que se tornaria o município de Cascavel no final da década de 1950, com o objetivo de adquirir terras e instalar uma serraria. A fim de ampliar os negócios madeireiros que a família desenvolvia no Rio Grande do Sul e sabedor da “imensidão das florestas de pinheirais”, adquiriu de “terceiros”, amplas áreas de terra para explorar a madeira. Euclides José Formighieri<sup>7</sup> foi um dos grandes agropecuaristas de Cascavel, destacando-se pela alta tecnologia aplicada à produção confinada de gado bovino.

<sup>4</sup>Quando se desmembrou de Foz do Iguaçu, o município de Cascavel estendia-se do Rio Piquiri ao Iguaçu. Era composto pelas áreas dos atuais municípios de Corbélia, Formosa do Oeste, Capitão Leônidas Marques, Nova Aurora, Cafelândia, Santa Teresa, Lindoeste, Boa Vista da Aparecida e Braganey.

<sup>5</sup>Antonio Marcos Myskiw (2002) abordou estas disputas envolvendo a empresa Braviaco em sua dissertação “Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste paranaense (1961-1966), assim como Cecília Maria Westphalen; Brasil Pinheiro Machado e Altiva Pilatti Balhana em “Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno”. In: **Boletim da Universidade Federal do Paraná**. Departamento de História, n.º 7, 1968.

<sup>6</sup>Cf. <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/RelacaoGovernantesDITER2.pdf>

<sup>7</sup>Euclides José Formighieri nasceu no dia 26/06/1933 e faleceu no dia 30/01/2010. Entretanto, tivemos a oportunidade de entrevistá-lo para esta pesquisa.

Segundo Euclides Formighieri<sup>8</sup>, Lupion teria sido o melhor governador para o Oeste do Paraná, por ter acabado com as posses e os posseiros e a chamada “indústria da posse”. Durante os anos de 1960 e mesmo na legislação do Estatuto da Terra, a “indústria da posse” era utilizada para criticar e desqualificar os posseiros, pois, segundo os partidários da grilagem e da modernização jurídica da posse e propriedade da terra, os posseiros não tinham vínculo com a terra, pois estariam interessados em abrir posse para depois vendê-la, ou o seu direito, e abrir novamente outra posse mais adianta para também vendê-la.

A concessão de terras foi intensificada a partir da emancipação política de Cascavel, quando o Governo do Paraná efetivou a titulação de novas áreas e também de áreas ocupadas por posseiros de longa data, numa tentativa de resolver impasses e disputas envolvendo as posses, em especial dos posseiros de pequenas áreas.

As grandes áreas de posse foram “legalizadas” com apoio do Governo do Estado, seguindo critérios muito particulares, a exemplo do que explica Formighieri.

Como aconteceu comigo, por exemplo, em Ibiracema. Nós tínhamos uma área de terra lá, que tinha 27 posseiros em cima de uma área de 1000 e poucos alqueires. E nós fizemos uma proposta para acabar com estes posseiros. Demos cinco alqueires de terra, dada, medida, escriturada, aliás, escriturada não, dada não. Vendida a dois mil o alqueire, ou seja: 10.000,00 cruzeiros. E 20 alqueires pro posseiro mais forte. A esse dava 10 alqueires também a 2.000,00 o alqueire. Demos pra eles um prazo de dois meses pra vir regularizar. Era a proposta. Eles vieram, fizeram o acerto, daí tinha que pagar. Se não pagassem, eu dava 10.000,00 cruzeiros e eles iam embora. Levavam rancho, levavam tudo e iam embora.<sup>9</sup>

Alberto Pompeu, em entrevista explicou como era organizado o esquema de titulação das terras que muitas vezes não beneficiavam o legítimo posseiro. Ele esclareceu que pelo fato de haver posseiros em terras devolutas na região de Cascavel, isso facilitava a atuação irregular inclusive de representantes do Governo do Estado e de donos de cartórios.

Então, o que aconteceu: o posseiro fazia como nós fizemos no Piquiri. Fazia a sua posse, requeria a escritura dele na Inspeção de terras. Mas quando saiu o título, no fim do governo do Lupion, não tinha o título em nome dessa pessoa. Nós tínhamos uma posse lá na região do Santana e eu trabalhava lá antes de comprar a posse. E havia um comércio de posse interessante. A pessoa fazia uma posse, e nós compramos a terra. Mas nós se interessávamos no pinheiro que tinha aquela posse. Tinha um sócio, ali de Toledo, que chamava Celso, que foi trabalhar com a gente e tal. Muito esperto, compramos a posse e vendemos o pinheiro pra serraria que eu trabalhava. Levamos um bom dinheiro naquela época. Foi bom pro dono da serraria, foi bom pra nós que vendemos. E a terra, nós acabamos (vendendo). O título saiu no nome de uma pessoa estranha, que o Estado tinha dado esses golpes. Olha, era impressionante a forma que eles titulavam as terras. Eles titulavam as terras num nome de uma pessoa inexistente.<sup>10</sup>

Alberto Pompeu, na entrevista acima citada, comentando sobre a importância econômica que a atividade madeireira atingiu na região e como ela está vinculada a formação de grandes propriedades rurais onde desenvolve-se atualmente a agricultura e/ou a pecuária, destacou:

Para o morador, o agricultor, não interessava o pinheiro. Pinheiro foi sempre

<sup>8</sup>FORMIGHIERI, Euclides. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel, 2009. Em DVD e texto impresso em arquivo próprio.

<sup>9</sup>FORMIGHIERI, Euclides. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel, 2009. Em DVD e texto impresso em arquivo próprio.

<sup>10</sup>POMPEU, Alberto Rodrigues Pompeu. Entrevista realizada no dia 28 de fevereiro de 2009, em sua casa no município de Cascavel/PR. Atividade vinculada ao projeto **Intervenções na relação Universidade/Educação Básica: Tempo Passado, Desafio do Presente**, financiado pela SETI/PR através do “Programa Universidade sem Fronteira - Sub-programa de Apoio às Licenciaturas”. O projeto foi coordenado pela Prof.ª Dr.ª Geni Rosa Duarte, do Colegiado do Curso de História, da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon, e realizado durante o período de 15/10/2007 a 15/10/2009. Contou 3 docentes orientadores, 1 bolsista recém-formado e 5 bolsistas graduandos.

símbolo de terra ruim. Esses madeireiros retiravam os pinheiros que pra eles era um alívio a retirada. Eram duas coisas, dois interesses que coincidiam, que estavam na mesma direção. O proprietário tinha a terra limpa para a agricultura e o madeireiro o seu produto, para seu negócio temporário, porque ele era um explorador da natureza. Mas foi uma fase econômica que atravessamos. Muito boa por sinal. O período da indústria madeireira. Interessante, coincidiu com um fato também que não é do momento, mas que eu não posso esquecer. É que quando se encerrou o ciclo da madeira, aqui, muitos desses proprietários de serrarias e tal, se voltaram para a agricultura mecanizada com condições e conhecimentos empresariais. Eles tinham o trator, sabiam usar o caminhão, uma máquina, tinham sua equipe tratorista. E não era um erro você dá um trator pra um colono, que não sabe dirigir nem o trator. Mas essas empresas é que começaram esse processo de plantio mecanizado como eles chamavam. Foi uma fase interessante, uma associação. Quando parecia que a nossa economia estaria perdida, porque não tínhamos mais madeireiras, que nada, continuou num processo novo, mas com o mesmo conhecimento empresarial. Agora, isso também resultou em outras coisas, por exemplo, a aquisição de mais terras pelo proprietário já ligado ao latifundiário que foi adquirindo. E o colono pequeno não tinha condições de produzir daquela forma nova a não ser pra subsistência, mas isso não valia mais...<sup>11</sup>

A extração da madeira mostrava-se, portanto, uma atividade altamente lucrativa. Euclides Formighieri, em entrevista à autora, explicou como teve sua atividade econômica em Cascavel:

Chegamos a ter 518 empregados, 6 serrarias de exportação de madeira. Abrimos Ibiracema, Catanduvas. Tínhamos terra em Boi Picuá, no Centenário, em função das serrarias e da pecuária. Uma

quantidade enorme de terra, ou seja, 9.986 alqueires de terra com 170 mil pinheiros. Era tudo mato, sertão, pinhal. Era pinheiro aqui na região, que ia até a região de Cafelândia e Santa Teresa. Aqui por Catanduvas era tudo pinhal.<sup>12</sup>

As empresas madeireiras, na sua grande maioria, eram também colonizadoras, ou seja, as terras eram adquiridas, a madeira era extraída e depois as glebas ou colônias eram loteadas e vendidas aos interessados. Por vezes, os proprietários das colonizadoras mantinham a propriedade de grandes áreas nas quais passaram a desenvolver a agricultura e a pecuária.

Na década de 1960, uma das dificuldades enfrentadas para a abertura de áreas para as atividades de agricultura e pecuária era a escassez de mão de obra. Formighieri explicou que os trabalhadores das serrarias eram trazidos de Santa Catarina e para o preparo da terra, foram trazidos trabalhadores de outras regiões do Brasil. Em suas propriedades deu-se preferência aos “peões trazidos de Minas Gerais”. Suas empresas enviavam madeira, principalmente para São Paulo, Minas Gerais e a partir da década de 1970, para Brasília. Os caminhões que levavam madeira retornavam trazendo dezenas de famílias de “peões” para preparar a terra.

Eu trouxe 54 famílias de Itajubá, Minas Gerais, tudo de cor, tudo preto. Eu tava começando (a retirada dos pinheiros) Catanduvas e Ibiracema, e nós vendemos pro pessoal de Minas. E uns cara trabalhador, barbaridade, uns cara que vieram pra trabalhar. Pra plantar milho e isso e aquilo. E eu com uma dificuldade tremenda de peão pra trabalhar. Aí eu falei com um deles e ele veio aqui no escritório. Eu disse: Você não arruma uns peão lá [MG] pra mim? Aí ele disse: arrumo. Eu mando dois caminhões lá daí você manda as mudanças. Daí eu pensei: mando dois caminhão lá pra Minas, vem cinco mudança, porque eles são menos favorecido e tal, aí eu marquei com ele. Eu mandava madeira pra São Paulo, onde eu

<sup>11</sup>POMPEU, Alberto Rodrigues. Entrevista concedida ao projeto Intervenções na relação Universidade/Educação Básica: Tempo Passado, Desafio do Presente (Unioeste/MCR), Cascavel, 28/02/2009.

<sup>12</sup>POMPEU, Alberto Rodrigues. Entrevista concedida ao projeto Intervenções na relação Universidade/Educação Básica: Tempo Passado, Desafio do Presente (Unioeste/MCR), Cascavel, 28/02/2009.

tinha depósito. Aí passado uns dias ele manda um telegrama. Mande caminhões, pessoal arrumado. Menina do céu, quando veio o primeiro caminhão que era pequeno, veio 22 mudança, veio 22 famílias. Não tinham nada, nada, nada.<sup>13</sup>

Explicou também que além da diária, o proprietário autorizava o cultivo de pequenas roças, para produzir os gêneros básicos de sustento: “Aí ele [o capataz] entrou com aquela negada e fez tudo. Aí quando chegou no mês de agosto ou setembro, eu dei arroz em casca pra eles plantarem, feijão. Se bem que eles trouxeram aquele feijão deles lá, que tira a vagenzinha, abóbora, moranga”.

Segundo Formigheri afirma na mesma entrevista, outro vínculo estabelecido entre o proprietário da terra e os trabalhadores era o armazém, onde eram comercializados gêneros complementares: “Eu dei pro cara lá, fazer um armazém. E ele matava porco. Todo fim de semana eles se abasteciam lá”.

Uma das grandes empresas de exploração de madeira na região, foi a Industrial Madeireira do Paraná – IMAPAR. Inicialmente de propriedade de Moisés Lupion, era proprietária de extensas áreas na região Oeste, envolvendo os atuais municípios de Cascavel, Santa Tereza, Catanduvas e Corbélia. Segundo Formighieri, a Industrial Madeireira tinha aproximadamente 25.000 alqueires (60.000 hectares) de terra na região. Em 1946, as Serrarias Central e São Domingos, que deram origem à Industrial Madeireira do Paraná, possuíam dois escritórios. Em Foz do Iguaçu era o escritório da Imapar, dirigida por Renato Festugato, seu fundador e que lá permaneceu até 1966 quando se deslocou para Cascavel, onde o então diretor da empresa era Florêncio Galafassi.

Nos anos finais da década de 1950 a família Bresolin se instalou em Cascavel com sua Industrial Madeireira, com o objetivo de:

extrair e beneficiar a madeira da região que em seguida era enviada para várias regiões do Brasil, principalmente para o Estado de São Paulo. A partir do início da construção de Brasília, aquela região do país também

passou a ser abastecida da madeira oriunda do Oeste e das madeiras de Cascavel.<sup>14</sup>

Também com o objetivo de explorar a madeira da região, o senhor Nelson Menegatti chegou a Cascavel em 1961. Ele veio para dirigir a Madeiras São Cristóvão S/A. Permaneceu na direção desta empresa por 14 anos. “Nós derrubamos aqui muito pinheiro, em plena cidade de Cascavel”.<sup>15</sup>

A partir do final dos anos 1960 e, principalmente, durante a década de 1970, o processo de modernização da agricultura e a introdução de agroindústrias marcaram as relações de produção na região Oeste do Paraná. Os fartos créditos públicos financiaram, a juros baixos, essa modernização no país, pautada, inicialmente, no binômio soja-trigo.

O processo de extinção de pequenas propriedades se acentua na medida em que as relações capitalistas se consolidam no campo, a exemplo do que podemos perceber ao analisar o período de 1975 e 1995, quando o agronegócio se apresenta como o novo modelo de produção no campo.

Se em 1975 a área ocupada com propriedades de até 50 hectares, em Cascavel, era de 82.399 ha, representando 38,05% do total da área, em 1995 as propriedades assim dimensionadas ocupavam apenas 33.396 ha, ou 19% do total da área.

Outro fator que colaborou na transformação territorial de Cascavel entre 1975 e 1995 foram os processos de emancipação política que deram origem a diversos municípios da região, a partir do seu desmembramento de Cascavel.

<sup>13</sup>FORMIGHIERI, Euclides. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel, 2009. Em DVD e texto impresso em arquivo próprio.

<sup>14</sup>BRESOLIN, Hylo. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel: 2009. Em DVD e texto impresso em arquivo próprio.

<sup>15</sup>MENEGATTI, Nelson. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel: 2009. Em DVD e texto impresso em arquivo pessoal.



trabalhadores rurais na luta pela democratização do acesso à terra, entre eles o Movimento do Trabalhadores Sem Terra. Sobre as contradições presentes naquele momento na economia e na sociedade brasileira, Regina Bruno destaca que,

A luta pela terra no Brasil desvenda os impasses e as contradições do processo de modernização agrícola e a incoerência de uma política agrícola que priorizou o crédito, o mercado e a grande empresa capitalista e secundarizou a democratização da estrutura de posse e uso da terra.<sup>16</sup>

A modernização conservadora implantada na agricultura do país influenciou diretamente a configuração das relações sociais de produção no Oeste do Paraná, ampliando cada vez mais a concentração da riqueza no campo e nas cidades, além de contribuir no acelerado processo de urbanização da população.

O modelo de produção agrícola implantado pelos governos federal e estadual, inviabilizou gradativamente a sobrevivência de um grande número de famílias, proprietárias de pequenas áreas. Essas terras foram sendo incorporadas às propriedades maiores, contribuindo para a concentração fundiária e a introdução de novos padrões produtivos no campo.

A formação de uma fração dominante de caráter agrário na região Oeste do Paraná fundamenta-se, portanto, numa estrutura fundiária marcada historicamente pelo latifúndio, que teve sua origem no processo de ocupação da terra a partir da década de 1940, nas disputas pela posse e propriedade jurídica da terra, entre posseiros e “proprietários titulados”, nas íntimas relações destes últimos com o poder político local e estadual e a sua atuação consorciada junto aos Cartórios de Registros de Imóveis bem como, no Departamento de Terras e Cartografia, a Polícia e o Governo Estadual. O processo de modernização da agricultura, desencadeado a partir da década de 1960, dispensou meeiros e arrendatários acentuando o processo de expropriação de pequenos agricultores, o que contribuiu para o aumento na concentração da terra na região.

O processo de (re)ocupação da terra contribuiu para a formação de uma estrutura fundiária marcada pela grande propriedade rural, o que por sua vez, favoreceu para a formação de uma fração agrária da classe dominante no Oeste do Paraná, principalmente em Cascavel. Com forte organização política e representatividade junto ao Estado restrito em vários níveis e instituições, vem desenvolvendo diferentes ações no sentido de defender seus interesses e manter sua condição e posição de classe.

Neste contexto, a Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO), apresenta-se como a entidade representativa dos grandes proprietários rurais (agropecuáristas) e está estruturada numa rede de relações dos poderes econômico, político e ideológico, através da qual busca manter sua condição hegemônica.

Se o domínio de grandes propriedades por um pequeno número de famílias foi fundamental para o estabelecimento de seu predomínio político, sua organização enquanto classe e sua articulação com o poder político regional e estadual também foi determinante. A sua condição de proprietários podia ser suficiente para estabelecer o domínio, mas para constituir um processo hegemônico se fazia necessário a sua organização de classe a fim de poder direcionar e definir as políticas de Estado que privilegiassem seus interesses. Necessitam também criar consenso em torno deste projeto, tanto internamente, quanto em relação aos outros sujeitos sociais. A formação de uma “Bancada Ruralista” na Assembléia Legislativa do Estado e também no Congresso Nacional, a ocupação de cargos estratégicos na administração pública e de entidades privadas, bem como o controle, pela propriedade, dos mais importantes meios de comunicação regionais, são expressões desta organização da elite rural do Oeste do Paraná, além de sua reunião em entidades representativas, a exemplo da Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO).

A SRO, desde a sua criação em agosto de 1980, teve efetiva participação em momentos específicos da história regional, apresentando-se como sujeito organizador e articulador dos agropecuaristas em defesa da propriedade privada da terra, da modernização da agropecuária, para

<sup>16</sup>BRUNO, Angela Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra**: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

obtenção de subsídios e financiamentos públicos a juros baixos, para renegociação da dívida agrícola e no estabelecimento de políticas agrícolas favoráveis ao desenvolvimento tecnológico. Suas lideranças têm assumido firme posição contrária à reforma agrária, nos moldes reivindicados pelos movimentos sociais de luta pela terra.

Organizada com base nos mesmos princípios que norteavam a Sociedade Rural do Paraná, com sede em Londrina, teve entre os seus fundadores Francisco Sciarra que havia presidido a SRO daquele município. Para Euclides Formighieri, os principais articuladores para a criação da SRO foram Francisco Sciarra e Roberto Wipychy, grandes agropecuaristas da região.

A Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO) foi criada pelos grandes proprietários rurais para interferir no direcionamento a ser dado nas transformações pelas quais passava a agropecuária regional. Para dar legitimidade e encontrar representatividade e unicidade entre os diferentes segmentos rurais, a entidade propunha-se a atuar no fomento às atividades rurais, assistindo e orientando seus associados quanto às novas técnicas para a agropecuária (Artigo 5º do Estatuto da SRO de 1980).

Apesar de representar os interesses específicos dos agropecuaristas, era fundamental que a nova entidade construísse representatividade junto aos produtores de modo geral, naquele momento de transformações econômicas e políticas. Isso foi buscado por meio de um discurso que colocava em pauta demandas gerais e unificantes, entre elas, a defesa incondicional de toda a propriedade privada e de modo mais intenso a propriedade privada da terra.

A participação de técnicos da EMATER e da Secretaria Municipal da Agricultura contribuiu para a divulgação sobre o papel a ser desempenhado pela SRO junto ao público assistido pela Extensão Rural e para a constituição da Entidade, do ponto de vista jurídico, orientando nas discussões iniciais, na elaboração do seu Estatuto e a aprovação do mesmo junto aos agropecuaristas presentes na Assembléia de fundação.

Os jornais de circulação regional também foram instrumentos pelos quais se buscou construir e difundir representatividade. O espaço dedicado

ao anúncio da sua fundação e do papel que esta passaria a desempenhar é indicativo de que se pretendia conquistar a aceitação e o respeito em torno da nova entidade. Em sucessivas publicações, a SRO foi apresentada como uma grande conquista para o desenvolvimento da agropecuária regional.

Através do jornal "O Paraná" chamava-se a atenção para a "necessidade da criação de uma sociedade rural do Oeste" a fim de enfrentar e solucionar problemas comuns aos agropecuaristas, através do seu aperfeiçoamento. Isto se deu na fase de formação da comissão que conduziria a criação da SRO, bem como nas etapas seguintes de sua fundação e consolidação.

Olimpio Giovanelli, que ocupava em 1980 a chefia do Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura do Paraná, destacou a participação da SEAB no processo de constituição da SRO: "o Núcleo da Secretaria cedeu seus técnicos para preparar os animais para o primeiro leilão. A EMATER local e regional participou também dando apoio, divulgando os fatos".<sup>17</sup>

No discurso realizado por ocasião da fundação da SRO, Francisco Antonio Sciarra, então considerado como um dos grandes agricultores da região destacou a importância da nova entidade, que preencheria uma lacuna deixada pela assistência técnica oferecida pelas cooperativas e outros órgãos aos pecuaristas da região. Sua expectativa era que, a partir da criação da SRO, haveria maior apoio e assistência aos produtores da região, demonstrando sua insatisfação quanto aos resultados obtidos na produção agrícola, responsabilizava a falta de conhecimentos técnicos adequados pela baixa produtividade.

Devemos saber quais sementes que devem ser plantadas, dependendo das condições das terras e outros fatores que poderão influenciar na queda da produção, pois há dez anos de plantação em nossa região não obtivemos nenhuma safra considerada boa. Todos os grandes centros possuem a sua Sociedade que oferece muito apoio aos pecuaristas. Portanto, é nesta data que fundamos a nossa Sociedade, que trará muitos benefícios aos produtores da região Oeste do Paraná, auxiliando-os e orientando-os em suas atividades na agricultura.<sup>18</sup>

<sup>17</sup>GIOVANELLI, Olimpio. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel: 2009. Em meio eletrônico e impresso em arquivo pessoal.

<sup>18</sup>O PARANÁ, nº 153, 10/08/1980, p. 17).

Ao falar sobre a nova entidade destacou seu caráter de organização em torno de necessidades e objetivos específicos da classe a qual pertence. Ao evidenciar “nossa Sociedade”, refere-se àqueles que ali se encontram, ou seja, principalmente, os grandes produtores proprietários rurais, voltados para a pecuária de corte.<sup>19</sup>

No jornal “O Paraná”, a criação da entidade mereceu uma matéria de capa sob o título: “Nasce hoje mais uma organização voltada à defesa dos magnos interesses da agricultura e da pecuária regionais”, destacando que aproximadamente 700 agropecuaristas da região Oeste e Sudoeste haviam sido convocados para a Assembléia de fundação. E ainda no texto destacou-se: “Nasce hoje uma sociedade poderosa”. Em matéria de três colunas, descreviam-se suas características jurídicas, sua finalidade, classificação dos sócios e do quadro administrativo com as diversas diretorias e departamentos que iriam compor a Sociedade. Destacava-se também que finalmente os pecuaristas do Oeste teriam uma entidade para defender seus interesses e que com a Sociedade Rural, o Oeste estava consolidando sua pecuária de alto nível, evidenciando que o foco específico da nova entidade seria a pecuária de corte.<sup>20</sup>

Para ampliar o seu espaço de representação e garantir políticas de incentivo ao setor pecuarista, era imprescindível a sua organização de classe, a criação de uma entidade que representasse seus interesses específicos, dentre eles a construção de um espaço para a realização de negócios, principalmente para leilões e o manejo do gado de corte. Segundo Menegatti, “o leilão é uma coisa séria, é feito em público” e por essa razão, compromete o produtor, dando garantias de qualidade e sanidade ao rebanho, além de as vendas serem conduzidas dentro de parâmetros oficiais de preço e valor.<sup>21</sup>

A partir da criação da SRO, foi possível a viabilização de recursos e o apoio do Estado e da iniciativa privada para a construção de um espaço próprio e adequado, para a realização dos leilões e

o comércio de animais. A construção serviria também como espaço de convivência e organização da classe, difusão de técnicas adequadas e realização de eventos abertos ao público.

Já na Assembléia de fundação da entidade, conforme registro em ata própria, lavrada em 1980, pecuaristas, em especial Francisco Sciarra, destacavam a importância de construir um “Parque de Exposições”, e que “esta seria a sua grande meta”.

O Parque de Exposições é que irá motivar os agricultores para a pecuária e poderão ter acesso à compra de animais e reprodutores de melhor gabarito. É nos Parques de Exposição que podemos mostrar nossos trabalhos, o que estamos fazendo em prol de nossos rebanhos. (FRANCISCO SCIARRA, discurso de fundação da SRO registrado em ata própria, 1980).

Os recursos que viabilizaram a construção do Parque de Exposições Celso Garcia Cid tiveram origem pública e privada. A municipalidade de Cascavel, através do então prefeito municipal, Jacy Miguel Scanagatta, fez a doação da área do Parque e um dos pavilhões. O Banco Bamerindus, através de José Eduardo Vieira, o “Zé do Chapéu”, grande pecuarista do Paraná, doou também o pavilhão onde seriam realizados os leilões. Da mesma maneira, outros agropecuaristas e profissionais envolvidos no projeto para construção do parque, fizeram suas doações. Os animais doados foram leiloados para arrecadar recursos com a mesma finalidade.

O nome escolhido para o Parque de Exposições foi uma homenagem a Celso Garcia Cid, justificada pela contribuição na melhoria da qualidade da pecuária brasileira. A importação do gado nelore da Índia e o seu empenho em difundir a melhoria genética do rebanho em muito teriam contribuído neste sentido. O Governo do Estado,

<sup>19</sup>Certamente na pecuária de corte, por ser fundamentalmente extensiva e desenvolvida em grandes propriedades, os investimentos voltam-se para as duas mercadorias essenciais, quais sejam, a criação do gado de corte e a especulação da terra (seja enquanto patrimonialização do capital e negócio seguro). Acrescenta-se a isto o fato de implicar menos investimentos na base da produção, seja nos elementos do capital fixo quanto do capital variável, haja vista a reprodução do rebanho e o baixo uso de força de trabalho e a ausência de encargos sociais. Verifica-se, na região, que a pecuária de corte e as terras “mais” dobradas são investimentos freqüentes de profissionais liberais, principalmente de médicos, dentistas e advogados.

<sup>20</sup>O PARANÁ, nº 1262, 09/08/1980, p.10).

<sup>21</sup>MENEGATTI, Nelson. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel: 2009. Em DVD e texto impresso em arquivo pessoal.

durante o mandato de Ney Braga (1979-1982), também desenvolveu políticas de valorização da pecuária de corte, através da oferta de animais e de programas de incentivo à diversificação rural.

A primeira exposição, então chamada *Expoeste*, foi realizada no dia 12 de dezembro de 1980, na Fazenda Mocotó, de propriedade de Roberto Wypych, localizada na BR 467, Km 26, na rodovia Cascavel - Toledo, no município de Cascavel.<sup>22</sup> Tinha por objetivo leiloar animais doados por agropecuaristas da região, a fim de arrecadar fundos para a construção do parque de exposições, de leilões e de eventos.

As duas exposições-feira que se seguiram, bem como os leilões de matrizes, foram realizadas no mesmo local, o que passou a ser considerado inviável, pelos organizadores, diante das exigências de sanidade e comprovação de procedência animal exigidos.

A *Expoeste* recebeu a denominação de *Expovel* a partir da sua 4ª edição, em 1983, quando passou a ser realizada em espaço próprio, o Parque de Exposições Celso Garcia Cid.

Segundo Eduardo Sciarra

O Parque de Exposições foi batizado de Celso Garcia Cid em homenagem ao mais importante pecuarista do Brasil, que era sediado em Londrina também, e através de sua ação empreendedora, conseguiu trazer grandes lotes de animais importados da Índia, da raça zebuína, que foram os precursores da moderna pecuária no Brasil. Graças a esta coragem e até de enfrentar momentos tão difíceis como foram aqueles da importação com quarentena, como uma epopéia, para trazer estes animais para o Brasil. E o nome do Parque passou então a ser Celso Garcia Cid. Esta foi uma decisão conjunta, enfim, da Diretoria e dos organizadores da época. Em alguns momentos se questionou em Cascavel o porquê de se dar o nome de uma pessoa que não tinha vínculos com a região Oeste, mas a razão sempre foi porque ele era o principal responsável pela modernização

da pecuária no Brasil. E essa foi uma homenagem, porque o Parque de Cascavel era um parque em que se pretendia e como de fato é, ser um parque importante dentro do Brasil.<sup>23</sup>

A *Expovel* estava e está voltada principalmente para a organização de leilões de matrizes e reprodutores que possibilitem a melhoria genética do rebanho. Visa também arrecadar recursos para a manutenção das instalações do Parque, que abriga também a sede da SRO. A entidade tem recebido apoio financeiro e logístico do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal para a manutenção e ampliação do Parque e para a realização de seus eventos, através da compra de ingressos, a cedência de maquinários, o repasse de verbas e o pagamento da fatura de energia elétrica do parque.

Em setembro de 1988, durante a direção de Edgar Bueno, a SRO recebeu apoio financeiro (trinta milhões de cruzados) valor que foi repassado pelos bancos Bamerindus, Banestado, Badep, BRDE, e pelo Ministério da Agricultura e pela Secretaria de Estado da Agricultura, destinados a construção de um pavilhão de exposições de 7.820 metros quadrados. Esses recursos foram viabilizados por intermediação dos então secretário de Estado da Agricultura Osmar Dias e do secretário de Estado da Administração Mário Pereira.

Para Olimpio Giovanelli, um dos fundadores da SRO e instrutor do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), é grande a importância do Parque de Exposições e da própria *Expovel* para os agropecuaristas.

Trata-se de uma vitrine do agropecuarista. Lá ele pode mostrar o que o Oeste produz em termos de pecuária, e também pode realizar grandes negócios, além de promover o intercâmbio e a troca de genética, visando melhorar sempre o seu rebanho, além do aperfeiçoamento técnico na área de criações. Em última instância, também se traduz na sua representação política.<sup>24</sup>

<sup>22</sup>A primeira exposição feira agropecuária de Cascavel, já denominada EXPOVEL, foi organizada em 1975, por iniciativa da Prefeitura Municipal, quando era prefeito Pedro Muffato. Envolvida em denúncias de uso de materiais, equipamentos e funcionários públicos, trouxe prejuízo financeiro. Sua programação foi marcada por shows artísticos, restaurantes e leilões, sendo que foram comercializadas 740 cabeças de gado.

<sup>23</sup>SCIARRA, Eduardo. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel: 2009. Em CD-Rom e impresso em arquivo pessoal.

<sup>24</sup>GIOVANELLI, Olimpio. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel: 2009. Em meio eletrônico e impresso em arquivo pessoal.

A Exposição Feira Agropecuária Comercial e Industrial de Cascavel (EXPOVEL) é considerada uma das maiores do gênero no Sul do Brasil, em público e volume de negócios. A Exposição é realizada anualmente, sempre nos meses de novembro ou dezembro, com uma diversificada programação que compreende desde leilões, rodeios, campeonatos de hipismo, cursos, seminários, shows musicais, comércio de equipamentos agrícolas e para pecuária, restaurantes e parques infantis, apresentando-se como um evento que possui regularidade e continuidade, com objetivos definidos, e uma programação que vai além do interesse imediato, ou seja, os leilões. Sua programação é marcada por eventos econômicos, políticos e culturais, além de ser uma atividade de fortalecimento interno e externo da própria SRO.

Segundo Hylo Bresolin, a Expovel tem o caráter pedagógico de ensinar às novas gerações, conhecimentos técnicos relativos à pecuária e na medida em que possibilita a sua reunião, promove a sua organização e a difusão de seus valores. Serve também como espaço de continuidade da pecuária, pois os mais jovens são incentivados para isso. Os campeonatos de hipismo, os rodeios e as apresentações artísticas, além de criarem e fortalecerem a identidade dos associados, de promoverem os vínculos de convivência, também motiva as novas gerações de pecuaristas, são instrumentos de difusão de cultura. A consciência de e da organização da fração de classe não poderia ser expressa de forma mais clara do que no relato que Bresolin fez ao se referir à “escola” da Expovel:

O que me chama a atenção na Expovel são os pais acompanhados pelos filhos, pelas crianças. Isto é pedagógico. É Pedagógico você pegar teu filho e levar ele lá na Exposição e mostrar pra ele. Ele vê com os olhos, ouve do pai ou numa palestra a importância da atividade, as qualidades e o potencial daquela raça... para que a família que trabalha na atividade encontre no filho o sucessor vocacionado. E ele participando das atividades, naturalmente, vai ficar

seduzido, porque a sedução é muito grande.<sup>25</sup> (grifo meu)

Ao mesmo tempo tem sido, enquanto corporação da sociedade civil, um espaço de protesto, reivindicação e articulação junto à sociedade política e ao conjunto da sociedade. É a *tribuna* pela qual apóiam ou criticam planos econômicos e projetos agrícolas, além de promoverem, segundo eles, a agropecuária bovina de corte como atividade econômica fundamental para a região e para o país. A presença de representantes políticos da região e do Estado ocorre com regularidade durante as edições da Exposição.

Eduardo Sciarra, deputado federal, ao falar sobre a Expovel, destacou:

A organização da Expovel, sem dúvida, que é o carro chefe e o momento máximo. É o melhor momento do ano para a SRO porque serve não só para expor os animais, como também através dos leilões e da mostra cumprir com os objetivos da SRO.<sup>26</sup>

Para Sciarra, inclusive, o momento de maior importância na história da SRO foi a realização da Primeira Edição da Expovel no seu parque de exposições.

Eu acho que o grande momento tenha sido a primeira exposição realizada na atual sede da Expovel e que foi realmente um grande sucesso. Os leilões foram muito prestigiados, o volume de venda de animais e também a inauguração do pavilhão principal. Então foram muitos momentos importantes ao longo de todo tempo e hoje, a grande festa popular do Oeste do Paraná, é a realização da Expovel.<sup>27</sup>

O lançamento oficial de cada edição da Expovel e a divulgação da programação acontecem, formalmente, no início do segundo semestre de cada ano, em jantar comemorativo, realizado no restaurante do Parque, ao qual comparecem os

<sup>25</sup>BRESOLIN, Hylo. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel: 2009. Em DVD e texto impresso em arquivo próprio.

<sup>26</sup>SCIARRA, Eduardo. Entrevista concedida a Irene Spies Adamy. Cascavel: 2009. Em CD-Rom e impresso em arquivo pessoal.

<sup>27</sup>Eduardo Sciarra em sua entrevista demonstra ter consciência do papel pedagógico da SRO e da Expovel, pois considera o evento uma “grande festa popular”. Para os pecuaristas não basta construir seu “oráculo”, conforme aborda Bourdieu, a festa para si, que já tem um conteúdo estratégico, mas também de torná-la popular, ou seja, estendê-la como projeto para os outros, pois nem todo mundo pode ou deve ser pecuarista.

associados da SRO, representantes políticos, empresários, representantes de outras entidades e a imprensa regional evidenciando que a Expovel é mais do que um balcão de negócios e uma vitrine da pecuária e do agronegócio regional. Sua organização tem por objetivo reunir e organizar a fração pecuarista em torno das suas necessidades e aspirações, na defesa e modernização da sua matriz econômica (base concreta da condição de classe dominante, a grande propriedade rural) e sua reprodução, além de possibilitar a divulgação dos seus valores sociais a outros segmentos da sociedade.

É também o espaço de articulação dos agropecuaristas com outras frações de classe organizadas na sociedade civil regional e estadual. A festa é o espaço e o momento de difusão do seu conjunto de valores e de sua visão de mundo<sup>28</sup> para aqueles que visitam o parque durante as exposições ou acompanham por outros meios, constituindo-se em um importante e poderoso *aparelho privado de hegemonia* da fração agrária da classe dominante no Oeste do Paraná.

Os grandes proprietários rurais, no decorrer da história do Brasil, não mediram esforços para salvaguardar seus interesses, seja no âmbito da lei, protegendo a propriedade, seja nas ações de enfrentamento àqueles que ousaram desafiar seu domínio. Os despejos violentos em áreas ocupadas, as ações de reintegração de posse realizadas pela Polícia Militar são capítulos marcantes na história deste país e também no Oeste do Paraná, assim como as ameaças, as práticas de violência, a exemplo de assassinatos de lideranças e o desrespeito aos direitos dos trabalhadores no campo.

Porém, a partir de 2003, uma nova correlação de forças passou a ser esperada no estado do Paraná e no país. Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para Presidente da República e novamente de Roberto Requião (PMDB), para governador, as expectativas dos movimentos sociais brasileiros e de modo especial do MST foram ampliadas, uma vez que entendiam ser este um momento privilegiado para o

fortalecimento de suas lutas. Novas pautas, como a defesa da biodiversidade e das sementes, foram somadas àquelas já existentes no campo brasileiro.

Diante disso, os dirigentes das entidades representativas dos agropecuaristas, SRO, SRP, FAEP, entre outros, assumiram o discurso de que os governos Federal e Estadual estariam incentivando as ocupações de terra e o desrespeito à propriedade ao não determinarem a imediata desocupação e reintegração de posse das áreas ocupadas por trabalhadores sem terra. Assumindo uma posição de tolerância em relação à luta dos trabalhadores sem terra, o governo estaria incentivando o desrespeito ao Estado de Direito, negligenciando sua função de garantir a ordem e a segurança da propriedade, colocando em risco a produtividade das mesmas, e, em conseqüência, a garantia da produção de alimentos para o país e o mundo.

O ano de 2006 foi de intensa mobilização por parte da SRO. Em 30 de novembro daquele ano, com apoio do Sindicato Rural patronal de Cascavel, organizou um bloqueio na rodovia BR 277, sentido Foz do Iguaçu, com o objetivo de impedir a passagem de integrantes do MST e da Via Campesina, que após participarem da I Jornada de Educação na Reforma Agrária, estavam se deslocando de ônibus, em direção ao campo experimental da empresa Syngenta Seeds, localizada em Santa Teresa do Oeste, desapropriada pelo Governo do Estado do Paraná e ocupado pelo Movimento, naquele ano.

A ação de interdição da rodovia foi realizada por cerca de 50 fazendeiros, em frente ao Parque de Exposições Celso Garcia Cid e do escritório da Sociedade Rural, sendo acompanhada pela Polícia Militar do Paraná. Diante da impossibilidade de continuarem trafegando, os integrantes do Movimento e da Via Campesina desceram dos ônibus com o objetivo de concluírem o caminho a pé, pela pista contrária, da rodovia.

Os integrantes do MST e da Via Campesina realizariam um ato público contra o cultivo e a comercialização de sementes transgênicas. Este ato marcaria o encerramento da *I Jornada de Educação na Reforma Agrária* realizada em Cascavel, onde

---

<sup>28</sup>No texto *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*, Marx já situava que a condição e a posição de classe dizia respeito a base material das classes e seus modos de viver, valores e projetos sociais e da nação que envolviam as lutas sociais e o interesse de estabelecer uma forma ao Estado Nacional. O caso do partido da ordem e das suas duas principais frações político-sociais (orleanistas e legitimistas) no governo de Louis Bonaparte é o exemplo mais concreto da abordagem (cf. MARX, 1987; MARX/ENGELS, 1984).

cerca de dois mil educadores e educandos debateram experiências desenvolvidas na área da Educação, em assentamentos e acampamentos do MST.

Houve confronto direto entre sem terras e os fazendeiros. Socos, pontapés e pauladas resultaram em feridos dos dois lados. Na ocasião, o Presidente da SRO, Alessandro Meneghel afirmou que não iriam mais aceitar aquela situação e caso o governo do Estado não resolvesse seu problema, eles mesmos o fariam.

E afirmou ainda:

Não vamos ficar calados diante das ameaças de invasões de terra na nossa região. Vamos cobrar as reintegrações do governo e se isso não acontecer, os ruralistas vão fazer por conta própria" (...). Não somos homens de se acovardar para um bando de ladrões de terra.<sup>29</sup>

Outra ação organizada pela SRO, na defesa da propriedade privada da terra foi a edificação do "Monumento da Resistência dos Produtores".

Praças, estátuas, obeliscos, memoriais e painéis são representações da intencionalidade de determinados grupos sociais, a fim de firmarem seu registro e lugar na história, buscando legitimar sua condição de sujeitos. Definir e preservar determinados lugares do patrimônio material e imaterial, como espaços de memória, expressa a intencionalidade e o poder que determinados grupos sociais possuem para definir e promover lembranças ou esquecimentos, mudanças ou permanências, valores, convenções e verdades históricas.

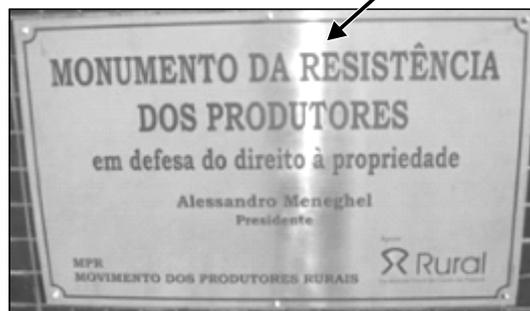
Entende-se que os lugares de memória são definidos como campos de disputa política, onde determinados grupos buscam a legitimação de ideias, valores e atitudes com o objetivo de construir ou manter sua hegemonia, através da definição do que a sociedade deve lembrar e o que deve ser esquecido.

Neste sentido podemos compreender o *Monumento da Resistência dos Produtores*, construído em frente ao parque de exposições da

SRO, em Cascavel, onde ocorreu o confronto em 2006 entre ruralistas, integrantes do MST, da Via Campesina e participantes da Jornada de Agroecologia. Produzido em 2007, pelo artista cascavelense, Dirceu Rosa<sup>30</sup> (conforme consta ao lado da assinatura do artista) foi oficialmente inaugurado pela SRO, em ato público, no dia 28 de agosto de 2008, com o objetivo de demonstrar a unidade dos agropecuaristas em torno da defesa da propriedade privada da terra.

Dirceu Rosa, o artista criador, explicou que o monumento busca reverenciar a paz no campo e é um pedido pelo fim da violência já gerada. "Eu já tive problemas na questão agrária, terras minhas foram desapropriadas e basta de violência, o campo precisa de paz".<sup>31</sup>

#### FOTO 07: MONUMENTO DA SRO PELA RESISTÊNCIA DOS PRODUTORES EM DEFESA DO DIREITO À PROPRIEDADE



Fonte: ADAMY, Irene Spies. 19/06/2010. (Arquivo da autora). As fotografias são o registro do monumento edificado pela SRO para homenagear "àqueles que resistem e lutam contra o MST". Em destaque, a representação dos sujeitos e a placa explicativa da motivação em se edificar o Monumento.

<sup>29</sup> *Jornal O Paraná*, 30/11/2006, p. 9.

<sup>30</sup> Dirceu Rosa é escultor. Nasceu em Apucarana/PR em 1952. Possui várias de suas obras expostas em locais públicos de Cascavel, bem como em sua casa/oficina, que consta no roteiro turístico da cidade. A marca de suas obras é a presença dos dedos e da mão humana.

<sup>31</sup> *Jornal Hoje* Edição nº 5096, 24 de agosto de 2008).

Para Alessandro Meneghel, a idéia de criar o monumento surgiu:

Para homenagear os ruralistas resistentes do confronto em novembro de 2006, quando integrantes do MST marchavam para a área experimental da Syngenta já invadida na época e houve conflito naquele local. Este monumento é a idéia de basta. Chega de impunidade, de comodismo e omissão do governo na questão agrária em nossa região. É um marco sólido que evidencia que a Sociedade Rural está agindo para que nossos direitos sejam atendidos e os deveres do governo cumpridos.<sup>32</sup>

Estrategicamente instalado as margens da rodovia BR 277, o monumento traz ao fundo uma enorme mão direita aberta, em posição de PARE. Os três homens posicionados a sua frente repetem o mesmo gesto com as duas mãos, evidenciando sua postura e posição ativa, em marcha, em ação consciente, uma vez que um dos pés de cada homem/produtor (na visão da SRO) se posiciona a frente do outro, posição que concentra força para *um ato de contenção*, que para a SRO representa sua forma e conteúdo de resistência, apropriando-se do sentido popular e crítico acerca do que se entende por resistir e/ou fazer resistência.

Fica evidente que Dirceu Rosa teve a intenção de desenhar, simbolicamente, três fazendeiros em frente à propriedade que querem defender, diante da ameaça de “invasão”. Coerentemente com a posição da SRO, os três defendem, não apenas pelo discurso, mas com as próprias mãos, o direito à propriedade.

Com relação aos homens, destaca-se que um possui um chapéu característico de fazendeiro, já suas roupas, mais sutis, pretendem igualar todos os trabalhadores do campo, ou seja, todas as propriedades, independentemente da condição de classe, o que universaliza a defesa da propriedade no campo e na cidade. Todavia, o elemento com

maior força simbólica é a mão direita, aberta e estendida no alto (alto lá, aqui tem dono).

O Monumento, a retórica, os discursos produzidos e publicizados pelas lideranças dos grandes proprietários rurais da região Oeste do Paraná buscavam legitimar o uso da violência sistematizada contra os trabalhadores sem terra, justificada pela defesa de toda propriedade privada como sendo algo inquestionável, uma vez que esta seria resultado do seu trabalho. Faz-se referência aqui, tanto à violência que desqualifica, através do discurso, a legitimidade da luta pela reforma agrária, quanto à contratação de “milícias armadas” então chamadas de “Empresas Privadas de Segurança”, através do Movimento dos Produtores Rurais (MPR).

Por outro lado, as ações do MST são apresentadas como baderna ou terrorismo e os trabalhadores sem terra, integrados ao Movimento, como vagabundos e massa de manobra política de seus líderes. A sistemática manifestação e divulgação deste discurso pela imprensa, em atos públicos e em Carta Aberta têm a clara intenção de tornar hegemônica sua visão de mundo, além de unificar o discurso entre os ruralistas e as demais frações das classes dominantes, e até mesmo entre pequenos e médios proprietários e no meio urbano.

A criação e a atuação do MPR em oposição ao MST simbolizam a institucionalização da violência como mecanismo para o enfrentamento e a solução de conflitos em favor dos fazendeiros, e coloca em questão um dos pilares da sociedade moderna: a legitimidade e legalidade do uso exclusivo da força pelo Estado, além de reintroduzir velhos padrões de uso da força já recorrentes na história rural do Brasil e na região. A defesa do agronegócio<sup>33</sup> e dos novos ramos da biotecnologia transgênica aplicada à produção agropecuária foi assumida pela Sociedade Rural do Oeste a partir do final do século XX. Sua relação com o agronegócio pode ser analisada a partir das posições tomadas em defesa da Empresa Syngenta Seeds, bem como pelo discurso ideológico por ela assumido, em defesa do avanço tecnológico, como caminho para a

<sup>32</sup>Jornal Hoje Edição nº 5096, 24/08/2008).

<sup>33</sup>O agronegócio é aqui compreendido como o conjunto das atividades de financiamento, pesquisa, produção e comercialização do setor pecuarista, agroindustrial e agrícola, desenvolvido fundamentalmente em grandes propriedades destinadas à monocultura de exportação. Altos investimentos em biotecnologia, escassa mão-de-obra mal remunerada e uso de uma nova geração de agrotóxicos (venenos), são características deste modelo de produção cada vez mais sob influência de grandes empresas multinacionais que patenteiam a sua C&TI e produtos (propriedade das sementes e monopólio da ciência), produzem e comercializam insumos agroquímicos e sementes transgênicas, determinando direta ou indiretamente os processos produtivos da agricultura e da pecuária.

“segurança alimentar”, fundamental para os grandes proprietários rurais na medida em que esse “é o seu negócio”.

Ao fundarem a SRO, pecuaristas da região tinham clareza sobre a necessidade de sua organização em torno de objetivos comuns como a diversificação das atividades produtivas, a melhoria genética, a adequação aos padrões de sanidade e manejo exigidos, além de viabilizar espaços para a comercialização do rebanho. Mas estavam conscientes, também, do papel fundamentalmente político que a entidade passaria a desenvolver, tornando-se o espaço de reunião, organização e mobilização dos mesmos em torno dos seus interesses e necessidades.

A confirmação de sua condição dominante é buscada fundamentalmente através de um discurso que legitima a propriedade e sobrevaloriza a produção agropecuária como base da economia local, em torno da qual gravitam as demais atividades como a indústria e os serviços. Porém, a riqueza produzida pela agropecuária de Cascavel não possui a importância econômica propagada insistentemente pelos seus representantes. Os dados sobre o Produto Interno Bruto (PIB) do município confirmam esta afirmação.

Como, então, explicar a força econômica e política dos agropecuaristas de Cascavel? Faz-se necessário considerar duas situações que permitem compreender a questão, quais sejam: a concentração da riqueza e da propriedade da terra nas mãos de poucas famílias, que direcionam a vida política no município e na região e também a capacidade de organização de classe e articulação política em nível regional, estadual e nacional.

Da mesma maneira, é conveniente, porém contestável, o argumento de que o Oeste do Paraná já realizou a sua reforma agrária e de que aqui não há questões pendentes quanto a titulação e legalidade das propriedades. Contestação esta, empreendida com regularidade pelas ações do MST. Os conflitos registrados na região expressam as contradições entre os proprietários e o MST na região e são indicativos de que há, sim, questões que ainda precisam ser mediadas e resolvidas. No início da colonização os conflitos eram justificados como resultado da ação de jagunços, grileiros e pela “inoperância do Estado”. Agora a justificativa é a necessidade de defender a terra através da contratação de empresas privadas de segurança a serviço dos fazendeiros que argumentam,

novamente, não poder contar com o Estado e seus instrumentos de coerção e controle.

Portanto, as ações de negação acerca da existência de uma questão agrária não resolvida expressa a consciência que os latifundiários têm da sua posição de classe e da existência da lutas de classes.

A grande propriedade rural, o domínio da terra, a atuação em diversos setores da economia, a organização e as ações políticas foram e continuam sendo as condições fundamentais para que a classe dominante agropecuarista consolidasse e mantivesse sua condição hegemônica na região Oeste e mais especificamente no município de Cascavel.

A edificação do monumento contra as invasões, os canais regionais de televisão, os jornais, livros e revistas publicados, bem como o evento da Exposição Feira Agropecuária, Comercial e Industrial de Cascavel (Expovel) constituem-se, para a classe proprietária rural, como aparelhos privados de hegemonia que, no âmbito da sociedade civil, atuam para a formação de consenso para si e para os outros.

O discurso e as ações que buscam posicionar, nas mesmas condições, todos os proprietários rurais, estão entre as estratégias usadas pelos grandes proprietários rurais do Oeste do Paraná, através de suas entidades representativas e pelos meios de imprensa, no sentido de garantir apoio e respaldo à manutenção da sua condição hegemônica, diante do efetivo questionamento imposto pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, cuja reorganização e fortalecimento, a partir da década de 1990, engendraram na realidade regional, uma nova configuração das relações de poder. Este forte embate travado entre estes grupos com projetos sociais antagônicos tem provocado o questionamento da hegemonia dos grandes proprietários rurais e o modelo de uso do solo e de agricultura por eles defendidos, ou seja, o agronegócio, ao mesmo tempo em que tem exigido novas posturas de enfrentamento e acomodação.

Artigo recebido em 28/09/2011

Artigo aprovado em 22/11/2011